



DIREITOS HUMANOS PARA POLICIAIS MILITARES E DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS.

Nos últimos meses a POLÍCIA MILITAR tem sido alvo constante da mídia por diversas ações mal sucedidas que causaram danos irreparáveis ao cidadão comum, foco da proteção policial. A sociedade vem sofrendo com arbitrariedades, ações desastrosas que resultam na perda de vidas, prisões injustas e outros tantos atentados à cidadania. A Polícia deveria ser treinada para solucionar conflitos de forma ordeira, mas ainda é doutrinada no enfrentamento com o cidadão. A Polícia Militar não é a Polícia do Cidadão, ela ainda mantém os mesmos resquícios autoritários e seletivos do período ditatorial. Segundo Marcelo Freixo, em artigo intitulado Desmilitarização: há que se ter vontade política do Estado, publicado no site Diplomatique Brasil:

“Os dados sobre homicídios revelam essa lógica seletiva. Embora os índices gerais das mortes violentas tenham diminuído em todo o país, a diferença entre homicídios de jovens brancos e negros continua dispar. O número de homicídios de jovens brancos (15 a 24 anos) caiu significativamente no período entre 2002 e 2008, passando de 6.592 para 4.582, uma queda de 30% em seis anos. Entre os jovens negros, os homicídios passaram de 11.308, em 2002, para 12.749, em 2008, um aumento de 13%. Com isso, a brecha de mortalidade¹ entre brancos e negros cresceu 43%. Isso comprova que não se podem trabalhar os dados de homicídio sem levar em consideração o corte racial, uma questão central para a democracia brasileira.”

A polícia militar é uma instituição de segurança pública com aspectos, características e doutrina de guerra. Segurança Pública e Guerra são coisas distintas. Aquela envolve a resolução pacífica, legal e coordenada dos conflitos sociais. Está outra envolve diversos fatores internacionais, políticos e mobilização para a proteção do território nacional e da pátria contra uma irrupção externa.

REDE DEMOCRÁTICA PM BM RD

CNPJ Nº 15.787.007/0001-72

“A representação política de policiais e bombeiros do Distrito Federal.”

São casos e mais casos que nos fazem pensar se essa Polícia coaduna com o estado democrático de direito e até mesmo com A CARTA MAGNA CIDADÃ.

Ao policial militar, representante da única instituição pública do Brasil moldada e consolidada pelo regime ditatorial sendo a PM uma extensão no tempo desse regime, não resta nem o direito dele próprio expressar o que sente em relação ao sistema que representa. Policial só cumpre a missão, ainda que seja contra o bom senso, ainda que seja contra sua vontade não cumpra-la, a ele cabe apenas “OBEDIÊNCIA PRONTA ÀS ORDENS DOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS”, como bem preconiza o Regulamento Disciplinar do Exército, RDE, (aplicado à PMDF). A verdade é que o PM teme mais desobedecer as ordens superiores do que a própria lei, há uma inversão na ordem dos valores na vida castrense, a “ordem” passa a ser protagonista e a Lei de “coadjuvante”.

A Carta Magna, carta cidadã por excelência, foi vingativa com os policiais militares. Dentre os direitos elementares que não atingem o PM, deixando-o como um cidadão sem a cidadania plena, ressalta-se a proibição da sindicalização e da greve; a vedação de filiação a partidos políticos e a impossibilidade da aplicação de *habeas corpus* em relação a punições disciplinares (Art. 142, §§ 2º e 3º, nos incisos IV e V). Outro aspecto que chama atenção é o fato de constar, no Inciso VIII do Artigo 142, uma restrição aos militares quanto aos direitos sociais, dispostos no Capítulo II do texto constitucional. Observa-se ainda que de todos os direitos elencados no Artigo 7º, que versa especificamente sobre as garantias trabalhistas e sobre a melhoria da condição social dos trabalhadores, aplica-se aos militares apenas aqueles prescritos nos Incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, que asseguram os direitos a décimo terceiro salário, a salário-família, a férias anuais remuneradas, a licença à gestante, a licença-paternidade e a assistência gratuita aos filhos de até seis anos em creches e pré-escolas, respectivamente. Junte-se a isso um regulamento disciplinar perverso, repleto de generalismos que permitem ao superior hierárquico toda sorte de perseguições e abusos, tais como:

REDE DEMOCRÁTICA PM BM RD

CNPJ Nº 15.787.007/0001-72

“A representação política de policiais e bombeiros do Distrito Federal.”

9. Deixar de cumprir prescrições expressamente estabelecidas no Estatuto dos Militares ou em outras leis e regulamentos, desde que não haja tipificação como crime ou contravenção penal, cuja violação afete os preceitos da hierarquia e disciplina, a ética militar, a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe;

42. Frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe;

59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado;

83. Deixar de portar a identidade militar, estando ou não fardado;

85. Desrespeitar, em público convenções sociais;

91. Sentar-se, sem a devida autorização, à mesa em que estiver superior hierárquico;

A sociedade e a imprensa exigem e cobram do policial militar, o que é legítimo e necessário, no entanto não sabem que ali existe um homem, um pai de família com menos direitos do que o cidadão comum. Como cobrar que o policial faça diferente do que tem feito se na sua atividade além de perigosa não há garantia a direitos mínimos? A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República deveria passar a fiscalizar as instituições policiais militares, suas corregedorias, seus procedimentos administrativos internos. Policial também precisa de Direito Humanos para protegê-lo contra abusos estatais.

Quando o nobre Doutor LUIZ EDUARDO SOARES afirmou que “Mais de 70% das polícias consideram o modelo atual equivocado” acertou, o policial militar da linha de frente, aquele que faz parte do cenário urbano das grandes metrópoles sabe muito bem que a PM não atende ao princípio constitucional da eficiência, a PM é uma instituição piramidal que mantém privilégios para o topo e o chicote e migalhas para a base. A diferença entre o maior salário na PM, o de Coronel, e o menor, o do Soldado, chegam a incríveis 71% no DF e em outros estados da federação esse abismo é ainda maior.

REDE DEMOCRÁTICA PM BM RD

CNPJ Nº 15.787.007/0001-72

“A representação política de policiais e bombeiros do Distrito Federal.”

A Doutora Jacqueline Muniz no artigo “Direitos Humanos na Polícia: Notícias de uma Frustração”, de 2006, colocou de forma muito inteligente o que se passa no seio da categoria Policial Militar:

“Quem convive mais de perto com o dia a dia dos Policiais Militares no Brasil já se acostumou a ouvir as inúmeras e legítimas queixas quanto à fragilidade ou mesmo a inexistência de instrumentos que sustentem e protejam os seus direitos. A impropriedade, a inadequação ou a inconsistência dos expedientes disciplinares que regulam a conduta policial são expressas frequentemente pela tropa por meio de sentimentos que anunciam uma preocupante desproporção em favor dos deveres no exercício da profissão policial militar.”

Marcos Freixo corrobora com a posição acima afirmando que:

“O avanço sobre a desmilitarização do Estado passa, necessariamente, pela desmilitarização das polícias. A polícia, que tem a função constitucional de garantir a democracia, não convive com a democracia interna na corporação. Essa lógica produziu um modelo de Estado que funciona em intensa contradição. De um lado, impera a vontade expressa de ampliar a potência de seus braços militares e, de outro, predomina um desprezo crônico pelos direitos dos servidores da Segurança Pública. As consequências políticas desse perigoso regime ficam cada vez mais evidentes.”

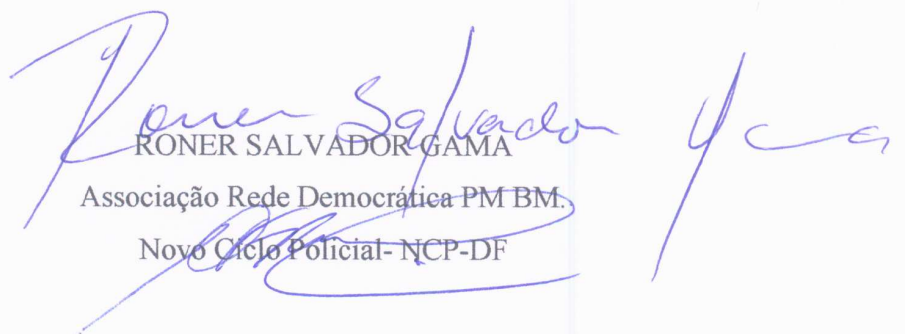


REDE DEMOCRÁTICA PM BM RD

CNPJ Nº 15.787.007/0001-72

“A representação política de policiais e bombeiros do Distrito Federal.”

Por fim, outro motivo de desmotivação e constantes queixas de policiais militares diz respeito a ascensão profissional. Há policiais que passam uma década na mesma graduação ou posto e, pior, sem uma justa recomposição de sua remuneração. Por isso é comum ver policiais em bicos de segurança ou outros afazeres para complementar sua renda. Uma carreira justa e sem óbices, é isso o que Policial quer, Uma instituição democrática e legitimada pela sociedade, esse é o sonho do policial. Uma POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA é o que a sociedade exige, vamos derrubar o último pilar do período ditatorial, pelo fim da PM, pela aprovação da PEC 51, Já!


RONER SALVADOR GAMA
Associação Rede Democrática PM BM
Novo Ciclo Policial- NCP-DF

Brasília, 21 de novembro de 2013.

REDE DEMOCRÁTICA PM BM RD

CNPJ Nº 15.787.007/0001-72

“A representação política de policiais e bombeiros do Distrito Federal.”